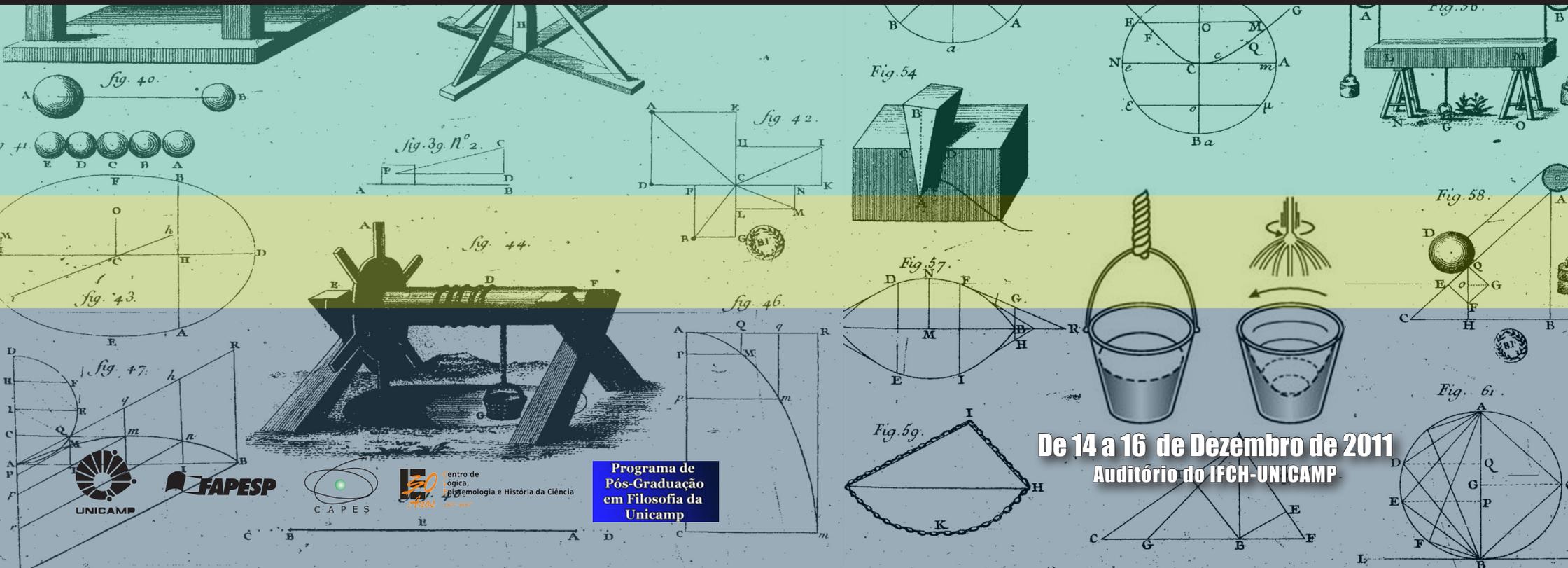


Caderno de Resumos

XIII COLÓQUIO KANT DA UNICAMP Kant e a Ciência do seu tempo



Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unicamp

De 14 a 16 de Dezembro de 2011
Auditório do IFCH-UNICAMP

PROMOÇÃO:

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-UNICAMP)
Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLE-UNICAMP)
Departamento de Filosofia (DF)
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Seção de Campinas da Sociedade Kant Brasileira
GP/GT Criticismo e Semântica

COMISSÃO ORGANIZADORA E DE TRABALHO:

José Oscar de Almeida Marques (coordenador/presidente) (IFCH-UNICAMP)
Andrea Faggion (secretária) (UEM)
Aguinaldo Pavão (UEL)
Diego Frederichi (mestrando IFCH-UNICAMP)
Fabiano Queiroz da Silva (doutorando IFCH-UNICAMP)
Júlio César Ramos Esteves (UENF/CNPq)
Orlando Bruno Linhares (Universidade Presbiteriana Mackenzie)
Ricardo Machado (doutorando IFCH-UNICAMP)
Rodrigo Rosa (doutorando IFCH-UNICAMP)
Ubirajara Rancan de Azevedo Marques (UNESP-Marília)

COMISSÃO JULGADORA E CIENTÍFICA:

José Oscar de Almeida Marques (presidente) (IFCH-UNICAMP)
Andre Koch Torres de Assis (Instituto de Física "Gleb Wataghin"/UNICAMP)
Andrea Faggion (UEM)
Eduardo Salles Oliveira Barra (UFPR)
Patrícia Maria Kauark Leite (UFMG)
Silvio Seno Chibeni (IFCH-UNICAMP)
Zeljko Loparic (IFCH-UNICAMP/PUC-SP)

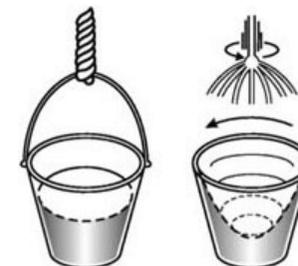
APOIO:

Secretaria de Eventos (IFCH-UNICAMP)

Caderno de Resumos

XIII COLÓQUIO KANT DA UNICAMP

Kant e a Ciência do seu tempo



De 14 a 16 de Dezembro de 2011
Auditório do IFCH-UNICAMP



Programação

Quarta-feira, 14 de dezembro de 2011

::: Auditório do IFCH :::

08h30 – 09h00: Abertura

09h00 – 10h00: Alguns problemas com a mecânica newtoniana e como solucioná-los. Andre K. T. Assis (Instituto de Física Gleb Wataghin/UNICAMP)

10h00 – 11h00: Por que forças repulsivas são essenciais? As bases químicas da mecânica kantiana. Eduardo Salles O. Barra (UFPR) e Ronei Clécio Mocellin (UFPR)

11h00 – 11h15: Intervalo

11h15 – 12h15: Semantics and Ontology. Juan A. Bonaccini (CNPq/UFPE)

12h15 – 14h00: Intervalo para almoço

14h00 – 15h00: Interpretações neokantianas da física quântica. Osvaldo Pessoa Jr. (FFLCH-USP)

15h00 – 16h00: A Note on Determinism and Causality in Quantum Physics and in Classical Physics. Silvio Seno Chibeni (IFCH-UNICAMP)

16h00 – 16h30: Intervalo

::: Sala A :::

16h30 – 18h00: Sessão de comunicações 01

Intuições sensíveis em Kant e na filosofia contemporânea da mente. Roberto Horácio de Sá Pereira (UFRJ)

A essência da experiência na Crítica da razão pura. Pedro Henrique Vieira (mestrando UNIOESTE)

Phaenomena e noumena: a experiência como questão. José Edmar Lima Filho (CAPES/mestrando UECE)

18h00 - 19h00: Sessão de comunicações 02

Duas determinações para o conceito de Eu em Kant: apercepção transcendental e paralogismos da razão. Adriano Bueno Kurlle (CNPq/mestrando PUC-RS)

Considerações sobre o sujeito lógico em Kant. Danilo Fernando Miner de Oliveira (mestrando UNIOESTE)

::: Sala B :::

16h30 – 17h30: Sessão de comunicações 03

A crítica hegeliana das antinomias kantianas: uma análise a partir da Ciência da Lógica. Marcos Fabio A. Nicolau (UVA/doutorando UFC)

A razão e o exercício da ciência em Immanuel Kant. Agnaldo Luiz Mezzomo (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará)

17h30 - 18h30: Sessão de comunicações 04
Kant e a vida como conceito irreduzível.
Victor Ximenes Marques (doutorando PUC-RS)

História natural em Kant e Buffon.
Sérgio Izidoro de Souza (mestrando USP)

Quinta-feira, 15 de dezembro de 2011

::: Auditório do IFCH :::

09h00 - 10h00: *A filosofia da aritmética kantiana.* Orlando Bruno Linhares (Universidade Presbiteriana Mackenzie)

10h00 - 11h00: *Conhecimento simbólico em Kant.* Jairo José da Silva (CNPq/UNESP - Rio Claro)

11h00 - 11h15: Intervalo

11h15 - 12h15: *Conceptions of Analysis and Synthesis in 18th Century German Philosophy.*
Katherine Dunlop (Brown University)

12h15 - 14h00: Intervalo para almoço

14h00 - 15h00: *Kant on Geometry and Spatial Intuition.*
Michael Friedman (Stanford University)

15h00 - 16h00: *Indexicalidade e indiferença na representação do espaço e tempo na Crítica da razão pura.*
José Oscar de Almeida Marques (IFCH-UNICAMP)

16h00 - 16h30: Intervalo

::: Sala A :::

16h30 - 17h30: Sessão de comunicações 05

Da metafísica da natureza para a física. Luiz Paulo Rouanet (doutor USP/pesquisador colaborador IFCH-UNICAMP)

A prova subjetiva e indireta do éter no Opus postumum.
Rodrigo Augusto Rosa (CAPES/doutorando IFCH-UNICAMP)

17h30 - 18h30: Sessão de comunicações 06

O conceito kantiano de idéia visto como a representação das representações. Patricia Kemerich (mestranda UFSM)

As imagens de Kant: acerca dos procedimentos de sensificação. Suze Piza (Universidade Metodista de São Paulo/doutoranda IFCH-UNICAMP)

::: Sala B :::

16h30 - 18h00: Sessão de comunicações 07

Direito cosmopolita e o projeto kantiano para a paz democrática - Kant, Habermas e Derrida. Marcela Borges Martinez (CNPq/mestranda UERJ)

A concepção do sumo bem na Crítica da razão pura e na Crítica da razão prática. Camila Ribeiro Menotti (CNPq/mestranda UFSM)

A ideia de Deus como ilusão na Crítica da razão pura
Rose Sylvania Figueiredo do Vale (FAPEMIG/mestranda PUC-MG)

Sexta-feira, 16 de dezembro de 2011

::: Auditório do IFCH :::

09h00 – 10h00: Kant e a psicologia empírica de seu tempo: contextualizando a crítica kantiana. Saulo de Freitas Araujo (UFJF)

10h00 – 11h00: Kant e a história natural do século XVIII. Daniel Omar Perez (CNPq/PUC-PR)

11h00 – 11h15: Intervalo

11h15 – 12h15: O papel metodológico dos juízos reflexivos na biologia. Zeljko Loparic (IFCH-UNICAMP/PUC-SP)

12h15 – 14h00: Intervalo para almoço

14h00 – 15h00: Hume and Kant on Causality and Induction. Graciela de Pierris (Stanford University)

15h00 - 16h00: The Second Analogy and the Kantian Answer to Hume: why cause has to be an a priori concept. Andrea Faggion (Bolsista da CAPES - Proc. n. 5219/10-8/UEM)

16h00 – 16h30: Encerramento



Resumos

RESUMOS DAS CONFERÊNCIAS

ALGUNS PROBLEMAS COM A MECÂNICA NEWTONIANA E COMO SOLUCIONÁ-LOS

Andre K. T. Assis (Instituto de Física “Gleb Wataghin”/UNICAMP)

São apresentados os principais aspectos da mecânica Newtoniana. São esboçados alguns problemas apontados por Berkeley, Leibniz e Mach relacionados com os conceitos de Newton sobre o espaço absoluto, o tempo absoluto e o movimento absoluto. É discutido como resolver estes problemas com a Mecânica Relacional. A ênfase é dada nos aspectos filosóficos da física.

THE SECOND ANALOGY AND THE KANTIAN ANSWER TO HUME: WHY CAUSE HAS TO BE AN A PRIORI CONCEPT

Andrea Faggion (Bolsista da CAPES - Proc. n. 5219/10-8/UEM)

In the first half of my paper, I intend to discuss summarily the role of propensities of human nature in Hume’s theory of causality. I ascribe to Hume a regularity model of cause according to which the meaning itself of the word “cause” does not depend on natural propensities. But then I suggest that belief in the reality of such an idea of cause does depend on those propensities, since that idea would not have an objective reference. In the second half of my paper, I intend to show that an a priori concept of cause is able to support the regularity model of cause better than a naturalist theory, because an a priori concept of cause could assure an objective reference to the regularity model of cause given merely empirical regularities. To sum up, I suggest that both Hume and Kant share the same regularity model of cause, but only Kant has the means to justify regularist causal claims while Hume can only account for our taking a subjective reference for an objective one.

KANT E A HISTÓRIA NATURAL DO SÉCULO XVIII

Daniel Omar Perez (CNPq/PUC-PR)

O presente trabalho aborda as distinções feitas em História Natural entre história natural descritiva e desenvolvimento da história da natureza. O debate das diferentes perspectivas de estudo do século XVIII entre *Naturbeschreibung* e *Naturgeschichte* é retomado por Immanuel Kant desde os textos do conde de Buffon e em confronto com Forster. Esses modos de estudo da natureza estavam estreitamente relacionados com as teorias da epigenia e da monogenia na biologia. Uma mudança de posicionamento com relação às duas primeiras e uma combinação das duas segundas marcaram a concepção de Kant da história e da natureza humana, em especial o conceito de raça.

POR QUE FORÇAS REPULSIVAS SÃO ESSENCIAIS? AS BASES QUÍMICAS DA MECÂNICA KANTIANA

Eduardo Salles O. Barra (UFPR) e Ronei Clécio Mocellin (UFPR)

O esclarecimento do conceito de força (e seus cognatos, tais como poder, ação, eficácia, energia etc.) foi um dos principais tour de force da filosofia moderna tardia. A origem do problema é difusa, mas um grande aporte de questões veio certamente da teoria newtoniana da gravitacional universal e seus pressupostos de uma força atrativa irreduzível às propriedades mecânicas da matéria (extensão e movimento) e agindo através de enormes vazios materiais. Os *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza* (1786) de Kant é um dos mais expressivos capítulos dessa história. No capítulo da Dinâmica – o maior e talvez mais representativo capítulo dos *Princípios* –, Kant encara o desafio de esclarecer o conceito de força na sua versão newtoniana. Mas, ao contrário do que se esperaria, ele evita um enfoque construtivo e procede inicialmente de maneira a ampliar a complexidade do conceito em questão. Entre aquelas que deveriam ser consideradas as “forças essenciais da matéria” – bem entendido, “matéria” aqui já

não significa apenas ocupar um espaço, mas sobretudo preenchê-lo –, Kant apontou não apenas a atração (ou força atrativa), mas uma inusitada força repulsiva. Enquanto a força atrativa proporciona o esquema físico do conceito de realidade, a força repulsiva proporciona o do conceito de negação – o equilíbrio entre ambas, por sua vez, constitui o esquema do conceito de limitação. Mas atração e repulsão, ao menos do ponto de vista das suas respectivas deduções transcendentais, não se equivalem. A repulsão é a única força para cuja condição de possibilidade parece haver um genuíno argumento transcendental. A força atrativa é, ao contrário, deduzida apenas por meio de um argumento contra-factual: sem ela, a matéria, movida apenas pela força repulsiva, se expandiria indefinidamente e não haveria em parte alguma uma única porção de matéria estável. A dúvida que inevitavelmente acomete o leitor contemporâneo é saber de onde Kant retira esse conceito de uma força repulsiva, que virtualmente não ocorre em qualquer tratado de mecânica do período. Neste trabalho, procuraremos traçar a origem do conceito de repulsão kantiano nos tratados de químicos tais como Juncker, Boerhaave, Macquer e também divulgadores como Karsten e Lichtenberg. Nessas fontes, ficará claro que a suposição de uma ação repulsiva entre os elementos foi requerida por esses químicos da segunda metade do séc. XVIII para uma melhor compreensão da natureza e a ação do fogo. Além de uma melhor compreensão do conceito de força repulsiva, a natureza do fogo e das relações materiais provocadas pelas afinidades químicas nos permitirão sugerir uma explicação alternativa para a assimilação de conceitos lavoisierianos por Kant. Ao contrário de um confronto entre a velha química de Stahl e a moderna ciência de Lavoisier, a química kantiana deve ser lida no quadro das inovações teóricas da química dos anos 1770-80. Reconstruído esse quadro a partir das possíveis origens químicas do conceito de força repulsiva, teremos um contexto que poderá lançar luzes menos difusas nas relações de Kant com a ciência de seu tempo, em particular com a química.

HUME AND KANT ON CAUSALITY AND INDUCTION

Graciela de Pierris (Stanford University)

The relationship between Hume's and Kant's discussions of causality has been controversial. Some commentators, following Lewis White Beck, have maintained that there is very little difference between them, and that Kant is not really trying to answer Hume's (apparent) skeptical doubts concerning the justification of causal laws and induction. Other, very recent Hume scholars, following Don Garrett, have maintained that Hume is not really raising skeptical doubts concerning causality and induction in any case. I defend the traditional view that Hume is raising such skeptical doubts and that Kant is deliberately trying to answer them. But I do this in a novel way by emphasizing the importance of Newton for both Hume and Kant. Hume's discussion of causality is framed by a commitment to Newton's inductive method in opposition to the mechanical philosophy. Hume's Newtonianism (and his conception of causality and induction) is therefore very different from Locke's. Kant's discussion of causality is also framed by a commitment to Newton, but Kant, unlike Hume, also appreciates the important of Newton's application of mathematics to nature in his methodology. This allows Kant to develop a radically new conception of the justification of empirical laws of nature, such that their justification importantly depends on a priori laws - both a priori laws of the understanding and a priori mathematical laws.

CONHECIMENTO SIMBÓLICO EM KANT

Jairo José da Silva (CNPq/UNESP – Rio Claro)

Como é sabido, Kant caracteriza o conhecimento matemático como conhecimento por construção de conceitos, sem, no entanto, negar validade ao conhecimento puramente simbólico da álgebra -

segundo ele, uma espécie de geometria de signos. Quero, em minha apresentação, examinar essa questão mais de perto, trazendo às claras as implicações dessa justificativa da intuitividade da álgebra.

INDEXICALIDADE E INDIFERENÇA NA REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO E TEMPO NA CRÍTICA DA RAZÃO PURA

José Oscar de Almeida Marques (IFCH-UNICAMP)

Ao descrever a apreensão do espaço e do tempo como intuitiva, isto é, imediata e singular, Kant pareceria ter de admitir que ela se determina necessariamente pela situação particular do sujeito da intuição, comportando, portanto, inevitavelmente, aspectos indexicais ligados ao aqui-agora em que se realiza intuição, além das correspondentes distinções entre direções espaciais (esquerda-direita) e ordenação temporal (passado-presente-futuro). No entanto, em todas as suas caracterizações do espaço e do tempo, Kant segue sempre o modelo newtoniano de um espaço e tempo uniformes e sem diferenças entre as partes que os compõem. Neste trabalho pretendo examinar como essas duas atitudes se conciliam. Minha proposta é que nossa intuição do espaço e tempo só se torna objetiva quando envolve a representação de objetos no espaço e no tempo, e essa representação não se limita a objetos que estejam dados na intuição presente, mas estende-se a quaisquer objetos de uma intuição possível (A156, B195). Isto exige que o sujeito possa representar suas possíveis translações espaço-temporais de modo a passar da posição <aqui-agora> para outra posição <ali-então>, na qual em princípio a intuição do objeto se realizaria. Mas essa translação, por sua vez, só pode ser representada em um espaço e tempo não determinados pelas marcas indexicais associadas ao sujeito, isto é, um espaço e tempo que possa acolher indiferentemente todas as possíveis trajetórias e mudanças de perspectivas do sujeito. O não-perspectivismo comumente associado ao espaço e tempo newtonianos (“the view from nowhere”) revela-se, então, como um perspectivismo completamente generalizado.

SEMANTICS AND ONTOLOGY

Juan A. Bonaccini (CNPq/UFPE)

My presentation aims at discussing two possible reading perspectives on Kant's Analogies of experience, the epistemological and the ontological ones. I defend the thesis that the Analogies, being schematized categories as principles of the possibility of experience itself are not only to be considered as epistemological, viz. semantical but rather have to be considered as ontological principles as well. Moreover, I suggest they are ontological because they are the unique principles to which human beings have access to know and distinguish what exists, what does not exist and what is possible to exist.

CONCEPTIONS OF ANALYSIS AND SYNTHESIS IN 18TH CENTURY GERMAN PHILOSOPHY

Katherine Dunlop (Brown University)

Kant's view that mathematics is synthetic is widely, and naturally, regarded as a response to Leibniz's view that all knowledge can be derived by analysis of concepts. But Kant was in closer proximity to Christian Wolff and late 18th century defenders of Wolff's position. This paper first considers the differences between Leibniz's apparently aprioristic position and Wolff's more empiricistic one. I bring out the influence of British Empiricist thinkers on Wolff. I argue that to establish the superiority of his position to Wolff's, Kant had to show that mathematical knowledge cannot be grounded on experience, rather than that it cannot be grounded on logical operations of the understanding. I then consider how Kant reformulated his view after the first Critique in response to objections from Wolff's followers. I argue that the notion of pure intuition plays a much less important role than is suggested by the "Doctrine of Method" section of the Critique. My overall aim is to show how Kant's position and those of his opponents differ from those usually attributed to them.

KANT ON GEOMETRY AND SPATIAL INTUITION

Michael Friedman (Stanford University)

I develop an account of Kant's distinctive conception of the role of spatial intuition in geometry against the background of, and in contrast to, recent work on the diagrammatic reasoning in Euclid's Elements. I argue that such accounts of diagrammatic reasoning can at best capture only a part of what Kant's conception involves, since they leave out the crucial importance of space -- the very (three-dimensional) space in which we live and move and have our being -- in Kant's conception. I articulate an alternative interpretation paying equal attention to both the diagrammatic reasoning of Euclid and the conflicting theories of physical space developed in the eighteenth century by Leibniz and Newton. Kant's view of space and geometry can only be properly understood against the background of precisely this eighteenth century context, which helps to explain, in particular, why Kant took his theory of geometry to explain the application of this science to physical space. This is a crucial component, in turn, of Kant's transcendental idealism.

A FILOSOFIA DA ARITMÉTICA KANTIANA

Orlando Bruno Linhares (Universidade Presbiteriana Mackenzie)

As influências de Leibniz se fazem sentir em diferentes domínios da filosofia kantiana. O nosso propósito é investigar qual é o papel que o simbolismo desempenha na filosofia da aritmética kantiana. Não apenas na fase pré-crítica, mas também na *Crítica da razão pura*, com sua concepção de construção simbólica, a noção leibniziana de conecimento simbólico se faz presente. Ao discutirmos as relações entre simbolismo, intuição e conceito na filosofia crítica, analisaremos os dois tipos de construção presentes na filosofia da aritmética kantiana: a ostensiva e a simbólica.

INTERPRETAÇÕES NEOKANTIANAS DA FÍSICA QUÂNTICA

Oswaldo Pessoa Jr. (FFLCH-USP)

Nesta exposição farei uma resenha das diferentes abordagens que procuram conciliar a epistemologia de Kant (e outras versões de filosofia transcendental) com a física quântica, buscando ilustrar didaticamente alguns dos princípios desta teoria.

A primeira geração de estudos ocorreu na Alemanha na década de 1930, com Grete Hermann, Ernst Cassirer e Carl von Weizsäcker. No que tange à categoria da causalidade, desafiada pelo aparente caráter indeterminista do mundo quântico, estes autores argumentam que a lei causal não é abandonada pela teoria quântica. Hermann apresenta um argumento baseado na noção de “retrodição” (a ser esclarecido na exposição), e os outros dois autores argumentam que a lei causal é um juízo condicional que é mantido na mecânica quântica: o que se perdeu foi a possibilidade de determinar com exatidão o antecedente do juízo (as condições iniciais).

A partir da década de 1990, vários autores retornam à questão de interpretar a teoria quântica à luz da filosofia transcendental, como Peter Mittelstaedt, que tratou da objetividade da teoria quântica. Mas é na França que um programa de pesquisa se instaurou com mais força, em torno dos trabalhos de Jean Petitot e Michel Bitbol. O primeiro considera a priori relativos ao período histórico, seguindo von Weizsäcker, e salientando a importância dos princípios de simetria. Já Bitbol propõe uma pragmatização do método transcendental.

Na América do Sul, este programa de pesquisa influenciou o trabalho do argentino Hernán Pringe, residente na Alemanha, que interpreta a objetividade da teoria quântica a partir da Crítica do Juízo; do italiano Stefano Osnaghi, radicado na Bahia, que analisa o problema da medição quântica com base no transcendental pragmático; e de Patrícia Kauark-Leite, da UFMG, que salientou o papel central do físico Niels Bohr na convergência das tradições transcendental e pragmática, e cuja tese de doutoramento em Paris servirá de base para a presente exposição.

KANT E A PSICOLOGIA EMPÍRICA DE SEU TEMPO: CONTEXTUALIZANDO A CRÍTICA KANTIANA

Saulo de Freitas Araujo (UFJF)

Nos *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza*, publicado em 1786, Kant apresentou um conjunto de críticas à psicologia empírica, negando a esta última a possibilidade de vir a se tornar uma ciência propriamente dita. Na historiografia da psicologia, as afirmações de Kant têm sido reconhecidas como um dos principais fatores que impulsionou a constituição da chamada psicologia científica no século XIX. Por outro lado, segundo uma boa parte dos historiadores, o fato mesmo de haver uma psicologia científica a partir do século XIX representaria a superação e refutação das críticas kantianas. No entanto, um exame mais atento do contexto original revela o caráter extremamente problemático dessa interpretação. O objetivo central do presente trabalho é mostrar que os argumentos de Kant não se dirigem a toda e qualquer forma de psicologia, mas sim a uma concepção bem específica de psicologia empírica, defendida por alguns de seus contemporâneos, como Baumgarten e Tetens. Isso significa que uma adequada compreensão do sentido e do alcance de suas críticas deve levar em consideração o contexto específico dentro do qual elas foram formuladas. Sendo assim, o desenvolvimento da psicologia científica no século XIX não pode ser considerado uma refutação das críticas de Kant, pelo simples fato de não se tratar mais da mesma concepção de psicologia. Esta nova interpretação implica uma revisão substancial da relação entre Kant e a história da psicologia.

A NOTE ON DETERMINISM AND CAUSALITY IN QUANTUM PHYSICS AND IN CLASSICAL PHYSICS

Silvio Seno Chibeni (IFCH-UNICAMP)

Since the inception of modern science, in the seventeenth century, the philosophical issues of determinism and causality became deeply entangled with the worldview offered by the received scientific

theories. The primary aim of this note is to explain how the two fundamental theories of modern and contemporary physics – Newtonian and quantum mechanics, respectively – can – and should – be used to underpin two opposite views on determinism and causality. It is shown also that, quite independently of quantum mechanics, a series of theoretical and experimental results in microphysics obtained in the last five decades strongly indicate that the indeterministic character of this theory should also be present in any theory purporting to replace it in the future. As a consequence, the “maxim of causality”, so dear to all modern philosophers, from Descartes to Kant, according to which everything existing in the world has a cause for its existence, should no longer be presupposed in our philosophical theories about causality.

O PAPEL METODOLÓGICO DOS JUÍZOS REFLEXIVOS NA BIOLOGIA *Zeljko Loparic (IFCH-UNICAMP/PUC-SP/PUC-PR)*

Numa primeira parte, o trabalho fará a exposição do conceito kantiano de ficção heurística, referente a princípios como se (*als ob*) cuja função não é cognitiva, determinante, mas exclusivamente metodológica, a de servirem de guias na pesquisa científica e na organização de resultados dessa atividade. Na segunda parte, serão estudados alguns exemplos de ficções heurísticas na física. Na terceira parte, será mostrado que, na biologia, Kant atribui a um tipo de juízos reflexivos, os concernentes à relação teleológica meio-fim, a mesma estrutura sintática e o mesmo papel heurístico das ficções heurísticas na física. Em seguida, exemplos da biologia contemporânea serão usados para fazer ver que, em casos significativos, a relação meios-fins é substituída pela relação de *feed-back*, a qual pode ser expressa por juízos determinantes (mecânicos), dispensando o uso de juízos reflexivos do tipo kantiano. Por fim, serão apresentadas algumas reflexões gerais sobre a crise do conceito kantiano geral de teleologia, tanto na estética como na biologia contemporâneas.

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES

DUAS DETERMINAÇÕES PARA O CONCEITO DE EU EM KANT: APERCEPÇÃO TRANSCENDENTAL E PARALOGISMOS DA RAZÃO *Adriano Bueno Kurlle (CNPq/mestrando PUC-RS)*

A questão a tratar aqui é a do conceito de eu na filosofia teórica de Kant, mais especificamente na Crítica da Razão Pura. A exposição do conceito de eu aparece repartida em dois momentos, um positivo e outro negativo, respectivamente: (1) a autoconsciência a priori como condição da unidade dos pensamentos, aonde se distingue a apercepção originária como condição para toda síntese (unidade sobre a qual repousa toda síntese e tornando possível a unidade das representações e a síntese delas entre si – ou seja, possibilitando o pensamento) e a própria consciência deste sujeito como sendo sujeito das suas próprias representações – característica da consciência de si. O primeiro conceito é um conceito sintético, e o segundo é analítico. Esta primeira parte encontra o máximo de conteúdo que se pode afirmar sobre o eu em condições a priori, isto é, sem mesclar ao conceito nada de empírico (nenhuma intuição sensível e nenhuma das formas puras da sensibilidade, a saber, espaço e tempo). Estes conceitos encontram um lugar estrutural na formação do conhecimento, e tem seu caráter restringido ao lógico-formal; (2) analisa-se o conceito de eu de acordo com as quatro categorias do entendimento, de maneira a delimitar o que pode ser afirmado a priori sobre este conceito: segundo a quantidade, que o eu seja uno e independente de seus predicados – que o eu seja substância; segundo a qualidade, que seja uma realidade simples, e não composta de uma pluralidade – que seja indivisível ou divisível – o eu enquanto substância simples; segundo a relação, sua subsistência e identidade no tempo; e segundo a modalidade, a sua existência e a sua relação com objetos possíveis no espaço. Esta análise terá uma conclusão negativa, pois neste caso não é possível conhecer o conceito de eu a priori em sua relação com as categorias, pois as categorias têm sua

aplicabilidade válida restrita aos objetos da intuição sensível. Assim que todo objeto da intuição sensível está no espaço e no tempo, para que ao conceito de eu possa ser aplicada qualquer categoria e, assim, seja-lhe dada qualquer determinação, é pressuposto que este conceito seja objeto da intuição sensível para que as categorias lhe sejam aplicadas. Aqui se explicita o caráter negativo da análise kantiana do eu enquanto conceito a priori, e dadas as exigências já explicitadas o conceito em questão só pode ser determinado empiricamente. Então Kant se opõe, nos paralogismos, às teses metafísicas que propõe um conhecimento puro da alma (através da introspecção subjetiva que toma o dado imediato da existência do pensamento, unificado no conceito de eu) como um dado ontológico independente da existência empírica como uma ilusão transcendental.

Palavras-chave:

Kant, apercepção transcendental, autoconsciência, paralogismos, eu, Crítica da Razão Pura.

Referências bibliográficas:

- KANT, I. Crítica da Razão Pura. Volume 1. 4ª edição. Tradução Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 1991a.
- KANT, I. Crítica da Razão Pura. Volume 2. 4ª edição. Tradução Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultural, 1991b.
- KITCHER, P. Kant's Transcendental Psychology. New York, Oxford: Oxford University Press, 1990.
- KLOTZ, H. C. "Subjetividade no idealismo alemão". In: Revista Inquietude, Goiânia, vol. 1, n. 1, p. 145-162, jan./jul. 2010.
- MARIÑA, J. "Transcendental Arguments for Identity in Kant's Transcendental Deduction". In: http://web.me.com/jackiemarina/Site_2/Welcome_files/Transcendental%20Arguments.pdf (Visualizado em 05/05/2011).
- MARTINS, C. "Autoconsciência pura, identidade e existência em Kant". Trans/Form/Ação, São Paulo, 21/22: 67-89, 1998/1999.

A RAZÃO E O EXERCÍCIO DA CIÊNCIA EM IMMANUEL KANT

Agnaldo Luiz Mezzomo (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará)

O pensamento filosófico de Immanuel Kant é visto, por muitos pesquisadores, como uma tentativa de fornecer a fundamentação metafísica para a ciência newtoniana. A partir desta perspectiva, a postura revolucionária desenvolvida por Kant na Crítica da Razão Pura, é vista como o resultado de seu empenho em demonstrar a legitimidade da ciência admitindo ainda espaço para a moralidade e a crença religiosa.

Entretanto, tal leitura da Crítica não nos fornece um apanhado sólido sobre a concepção geral de Kant sobre a filosofia da ciência. Pretendo expor que Kant defende uma filosofia da ciência voltada para o empírico, até mais do que se poderia esperar até mais do que se poderia esperar se partirmos de suas concepções sobre a física de Newton.

Neste trabalho busco demonstrar como Kant apresenta uma interpretação do uso dos conceitos teóricos no desenvolvimento de teorias científicas sob a chancela do "uso regulativo da razão". A compreensão da ciência apresentada por Kant sob este título tem muito em comum com a compreensão pragmática da prática científica, na qual a falibilidade das teorias científicas particulares é reforçada. Levando em consideração o uso regulativo da razão, perceberemos que Kant compreende o empreendimento científico de uma forma menos apriorista e mais empírica do que normalmente se pensa.

Palavras-chave:

Kant, Newton, razão, ciência, física.

Referências bibliográficas:

- DELEUZE, G. *A filosofia crítica de Kant*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- _____. *Para ler Kant*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed, 1976.
- FERRY, L. *Kant: Uma leitura das três críticas*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

GUYER, P. (Org.) *Kant*. Aparecida: Idéias e Letras, 2009.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. 7ª. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

_____. *Prolegômenos a toda metafísica futura que queira apresentar-se como ciência*. Lisboa: Edições 70, 1988.

PASCAL, G. *Compreender Kant*. 5ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

A CONCEPÇÃO DO SUMO BEM NA CRÍTICA DA RAZÃO PURA E NA CRÍTICA DA RAZÃO PRÁTICA

Camila Ribeiro Menotti (CNPq/mestranda UFSM)

O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar como o Sumo Bem é concebido inicialmente na teoria kantiana, a partir da *Crítica da Razão Pura* e como posteriormente ele é concebido na *Crítica da Razão Prática*. Associado a isso, pretende-se apresentar os argumentos kantianos que destacam a possibilidade da existência do Sumo Bem. Para Kant, o interesse da razão pura, tanto no seu uso especulativo, quanto no prático, concentra-se em três questões: 1) Que posso saber? 2) Que devo fazer? 3) Que me é permitido esperar? A primeira questão é simplesmente especulativa, a segunda corresponde à prática, e a terceira é ao mesmo tempo prática e teórica, de maneira que a prática serve de fio condutor para a resposta teórica. Ligado a essas questões, encontram-se as leis morais puras, que determinam a priori o fazer do ser humano, i.e., o uso de sua liberdade e, as quais compõem o que Kant chama de mundo moral: o **poder ser** segundo a liberdade dos seres racionais e o **dever ser** segundo as leis necessárias da moralidade. Considerando esta relação entre a razão pura e a moralidade, Kant introduz a razão suprema, a qual é designada por ele como o *ideal de Sumo Bem originário*, uma inteligência suprema, na qual a vontade moralmente mais perfeita, ligada à suprema felicidade, se torna a causa de toda a felicidade no mundo. Tal felicidade deve estar relacionada com a moralidade, ou seja, com o mérito de ser feliz. Dessa forma, a razão pura encontra no ideal

de Sumo Bem a conexão necessária entre o mundo sensível e o mundo inteligível (moral). Conforme Kant, o conceito de Sumo Bem é visto sob dois aspectos: como originário, enquanto fundamento determinante do fim último da razão pura e como derivado, enquanto união da virtude com a felicidade, que será abordada por Kant posteriormente na segunda Crítica. Na *Crítica da Razão Pura*, mais precisamente no Cânone, Kant se detém na concepção do Sumo Bem como originário, i.e, como a ideia de Deus, “(...) um ser primeiro único, soberanamente perfeito e racional” (KANT, 2008, p. 645), enquanto entendido como o Sumo Bem originário. Na *Crítica da Razão Prática*, por sua vez, Kant concebe o Sumo Bem não mais como originário, mas agora como um Sumo Bem derivado, como a união entre virtude (enquanto dignidade de ser feliz) e felicidade. O Sumo Bem então, é a efetividade da felicidade de acordo com o mérito de ser feliz.

Palavras-chave:

Sumo Bem, moralidade, felicidade, ideia de Deus.

Referências bibliográficas:

CORTES, R. da S. *O Sumo Bem e a Moralidade em Kant: a função do conceito de Sumo Bem no processo de desenvolvimento da filosofia crítica*. 2010. 138f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 6ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

_____. *Crítica da Razão Prática*. Tradução: Valerio Rhoden. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução: Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, LDA, 2008.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O SUJEITO LÓGICO EM KANT

Danilo Fernando Miner de Oliveira (mestrando UNIOESTE)

Este artigo tem como principal objetivo apresentar a concepção kantiana do sujeito lógico indispensável a todo conhecimento. Analogamente demonstrar que para a formulação de um conhecimento objetivo em Kant são necessários conceitos e intuições, pois os primeiros fornecem as determinações necessárias do conhecer ao passo que os segundos constituem o material da sensibilidade para ser ligado e categorizado. A pesquisa teve por base o texto da “Crítica da Razão Pura” (*Kritik der reinen Vernunft*) e alguns dos principais comentaristas sobre a questão epistemológica em Kant. Analisa-se o uso das categorias para além das condições da sensibilidade, uso que é vetado para todo conhecimento objetivo, pois as categorias sem o material da sensibilidade podem conceber um pensamento logicamente possível, porém nunca poderá extrair deste pensamento a existência efetiva de qualquer objeto constituindo um pensar estritamente formal e isento de conteúdo objetivo, nestes parâmetros se estabelece a diferença entre conhecer e pensar. É fundamental exprimir que, no pensamento kantiano, nada pode ser pensado sem os conceitos puros do entendimento, mesmo que seu nascimento seja totalmente puro, somente é possível pensar qualquer objeto sensível no uso de tais conceitos; eis a legitimidade do conhecimento objetivo segundo a teoria epistemológica kantiana: mesmo sendo totalmente a priori, para se conhecer com objetividade, as categorias devem se reportar necessariamente as intuições sensíveis que são percebidas espaço-temporalmente afim de que se tenha materiais a serem determinados e, portanto unificados em conceitos através das formas lógicas dos juízos. Kant rompe com a metafísica Leibniz-wolffiana ao afirmar a discursividade do entendimento, atribuindo as ações deste último apenas operações formais e lógicas devendo buscar na intuição sensível o material a ser unificado. Kant atribui que fundamento de todo conhecimento se encontra na síntese que somente se realiza através da unidade originariamente

sintética da apercepção conhecida através da representação *Eu Penso* que realiza ações de unificação totalmente lógicas no entendimento, pois o intelecto humano está isento de toda intuição intelectual e, portanto este contém apenas a forma lógica do conhecer. Finalmente o *Eu Penso* se constitui como o princípio supremo de todo o uso do entendimento e possui identidade com cada uma de suas representações; tal identidade é necessária para que haja unidade de consciência e, portanto ligação de representações e unidade destas em conceitos, esta operação é necessária ao conhecimento objetivo, pois do contrário toda percepção seria uma multiplicidade confusa que não possibilitaria a conexão das várias representações. Portanto, exprime-se a concepção de que o *eu penso* não se constitui como substância ou sujeito absoluto, como em Descartes, menos ainda sujeito empírico e psicológico, mas sim um sujeito lógico e unificador de representações para que se possa conhecer com propriedade e objetividade.

Palavras-chave:

Sujeito, lógico, categorias, eu penso, intuições, fenômenos.

Referências bibliográficas:

- ALLISON, H. El Idealismo transcendental de Kant: una interpretación y defensa. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana - Iztapalapa, 1992.
- HOFFE, Otfried. Immanuel Kant. Trad. Cristian Viktor Hamm, Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- KANT, Immanuel. _____. Crítica da Razão Pura. Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 6ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

Obras Secundárias:

- CAYGILL, Howard. Dicionário Kant. Tradução: Álvaro Cabral, Revisão técnica: Valério Rohden. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

COHEN, Hermann. Commentaire de la “Critique de la Raison Pure” de Kant. Presente, traduit de l’allemand et annoté par Eric Dufour. Paris. 2007

EISLER, Rudolf. Kant – Lexikon. Édition établie et argumentée par Anne-Dominique Balmès et Pierre Osmo. Editions Gallimard, 1994.

FAGGION, Andrea. Objetividade, Subjetividade e Intersubjetividade em Kant. Obra: “As voltas com a questão do Sujeito”. Cesar A. Battisti (org). Ijuí: Unijuí, 2010.

FRIEDMAN, Michael. Kant and the Exact Sciences. Harvard University Press, 1992.

PHAENOMENA E NOUMENA: A EXPERIÊNCIA COMO QUESTÃO

José Edmar Lima Filho (CAPES/mestrando UECE)

A Dialética Transcendental constitui, na ótica de muitos, o grande marco estabelecido pela filosofia crítica kantiana. De fato, a distinção entre phaenomena e noumena na Crítica da razão pura representa a possibilidade de se atingir a diferenciação entre o que pode ser conhecido e o que apenas se pode pensar, além do que nela se resguarda tanto a viabilidade das afirmações das ciências empírico-analíticas (restritas àquilo que encontra correspondência na experiência sensível) quanto da metafísica (não como uma gnosiologia do transcendente, mas como a ciência que realiza a passagem do mero conhecimento sensível ao suprassensível), uma vez que se asseguram os limites do conhecimento e a necessidade de um uso prático da razão. Na presente exposição, procura-se investigar os usos da razão (apodítico e hipotético) determinados pela Dialética Transcendental e como eles estão presentes na argumentação kantiana a respeito do direcionamento ao incondicionado que caracteriza prioritariamente a atividade da faculdade de unificar as regras do entendimento mediante princípios. Ademais, busca-se demonstrar como Kant desenvolve a tese fundamental de seu idealismo transcendental, na qual defende a existência de um

conceito duplo de mundo, tese que sustenta quando da admissão do incondicionado como condição última de todas as condições. Chega-se, assim, ao que muitos consideram o ápice do idealismo transcendental kantiano, cuja tese fundamental aludida encontra respaldo no capítulo terceiro da Analítica dos princípios, intitulado Do princípio da distinção de todos os objectos em geral em fenómenos e númenos (Von dem Grunde der Unterscheidung aller Gegenstände überhaupt in Phaenomena und Noumena). Pelo que se pode perceber, nosso conhecimento se reduz àquilo que do objeto afeta nosso espírito de algum modo: não sabemos dele nada exceto que existe; sabemos de sua aparência, das sensações que dele temos. Precisamente aqui se deve compreender o idealismo de Kant não como a negação da existência de algo além do sujeito, mas que boa parte de cada objeto é criação deste sujeito pelas formas de percepção e compreensão, de tal maneira que se conhece uma coisa tal como é transformada em ideia, e não o que ela seria antes desta transformação. Dessa feita, o trabalho de exposição apresentado na Analítica Transcendental serve para assegurar a pureza (a priori) das categorias, limitando sua validade objetiva apenas quando de sua conexão com as condições universais da sensibilidade. No entanto, há um limite imposto pelo capítulo da distinção entre fenômeno e númeno: nele o entendimento se restringe não pela indispensável vinculação das categorias às intuições sensíveis, senão pela necessária referência que se cria ao âmbito numênico quando consideramos algo “fenômeno”.

Palavras-chave:

Phaenomena, noumena, Dialética Transcendental.

Referências bibliográficas:

BECK, L. W. A Commentary on Kant’s “Critique of Practical Reason”. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1960.

GALEFFI, R. A Filosofia de Immanuel Kant. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

GRAYEFF, F. Exposição e interpretação da filosofia teórica de Kant. Lisboa: Edições 70, 1987.

HÖFFE, O. Immanuel Kant. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KANT, I. Crítica da Razão Pura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

_____. Forma e princípios do mundo sensível e do mundo inteligível. In: KANT, I. Escritos Pré-críticos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

LACROIX, J. Kant e o kantismo. Porto: Rés Editora, 1988.

MORUJÃO, A. F. Prefácio da tradução portuguesa. In: KANT, I. Crítica da Razão Pura. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

PASCAL, G. Compreender Kant. Introdução e tradução de Raimundo Vier. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

RESENDE, A. J. A experiência e o incondicionado na Crítica da razão pura de Kant. In: Revista Fragmentos de Cultura. Goiânia: IFITEG, v. 9, n. 6, nov/dez, 1999.

DA METAFÍSICA DA NATUREZA PARA A FÍSICA

Luiz Paulo Rouanet (doutor USP/pesquisador colaborador IFCH-UNICAMP)

Este texto dá continuidade a pesquisa sobre a Filosofia da Natureza de Kant. Trata-se de analisar, agora, texto da Opus postumum (DP), Transição dos princípios metafísicos da ciência da natureza para a Física. Mais precisamente, trata-se de investigar: 1) até que ponto Kant, nesse texto, faz ciência, e não metafísica (no sentido crítico, transcendental), e 2) qual a competência e independência de Kant em relação à Física de sua época, especialmente de matriz newtoniana. Em trabalho anteriormente publicado, “A filosofia da natureza de Kant”, apresentei e discuti o texto Os princípios metafísicos da Ciência da Natureza (MAN). Iniciava ali uma discussão a respeito da existência de uma “Metafísica da natureza”, em Kant, a qual ele anunciou em

algumas ocasiões. O texto apontava para um Projeto de Pesquisa a respeito da Filosofia da Natureza de Kant. Um segundo texto sobre o tema foi apresentado durante o Colóquio De Hume a Kant”, ocorrido em maio de 2010 em Campinas. Este texto é o terceiro na série, e visa aprofundar o conhecimento de Kant “als Naturforscher”, revisando e complementando os estudos clássicos de Adickes, Cohen e Vuillemin, entre outros. Nossas primeiras investigações apontam para um conhecimento mais aprofundado de Física por parte de Kant do que dá a entender Adickes, o qual afirmou que Kant “kein empirischer Forscher und in den Naturwissenschaften nur ein Dilletant war”. Em MAN, Kant chega a colocar em questão a existência do Éter, e antecipa noções da Física tal como o compreenderia Einstein. A presente investigação, a respeito da Transição dos princípios metafísicos da ciência da Natureza para a Física visa justamente testar essa hipótese de um Kant “físico”, e não somente metafísico (seja no sentido tradicional, seja no sentido crítico). A investigação deve ter continuidade, com exame de outros textos de Kant que tratam da Física, como o pré-crítico Teoria do céu (Allgemeine Naturgeschichte und Theorie des Himmels – NTH), o que será feito em outra ocasião. Este estudo faz parte de um projeto mais abrangente do autor, versando sobre a Filosofia da Natureza de autores modernos.

Palavras-chave:

Física, filosofia crítica, metafísica da natureza.

Referências bibliográficas:

COHEN, H. La théorie kantienne de l’expérience. Paris: Cerf, 2001.

KANT, I. Werkausgabe in 12 Banden. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1977 -.

KANT, I. Opus postumum. Paris: P.U.F., 1986.

KANT, I. Transición de los principios metafísicos de la ciencia de la naturaleza a la Física. Madrid: Anthropos, 1991.

ROUANET, L. P. “A filosofia da natureza de Kant, in Kant e-prints, Série 2,

v. 5, no. 1, jan-jul. 2010, p. 1-13, disponível em <ftp://ftp.cle.unicamp.br/pub/kant-e-prints/Vol-5-1-2010/1-rouanet-5-1-2010.pdf> .

VUILLEMIN, J. *Physique et métaphysique kantienne*. Paris: P.U.F., 1987.

DIREITO COSMOPOLITA E O PROJETO KANTIANO PARA PAZ DEMOCRÁTICA - KANT, HABERMAS E DERRIDA

Marcela Borges Martinez (CNPq/mestranda UERJ)

Immanuel Kant funda a disciplina Filosofia da História com o texto *Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita* (1784), o qual faz parte de uma série de escritos considerados embriões do direito internacional e de instituições que só vieram a surgir no século XX, após a Segunda Guerra Mundial. O autor indaga sobre o sentido da história humana, sobre a sua constituição como todo. Para Kant, se observarmos cuidadosamente o curso da história, é possível identificar uma evolução de acordo com um plano racional, tal plano parece se encaminhar em direção a um estado privilegiado que será capaz de conferir um sentido, um significado ao todo. Onze anos após a publicação do referido texto, Kant publica *À paz perpétua – um projeto filosófico* (1795/96), onde apresenta a hipótese de que Estados republicanos poderiam conviver sem guerras com outras repúblicas. Podemos considerar o que o autor denomina república, ao que hoje seriam governos democráticos. O que Kant apresentava há pouco mais de duzentos anos atrás se tratava, portanto, de um projeto para a paz democrática.

Nosso artigo trata da seguinte questão: será possível conservarmos o ponto de vista cosmopolita kantiano na construção de uma sociedade mundial politicamente construída? Os autores se dividem em propostas que tentam conjugar uma reposta político-social-econômica ao aspecto jurídico. Habermas diz que é com Kant que os direitos humanos se fixam na doutrina do direito. Segundo o autor, apesar de sua relação interna, direito e moral não são a mesma coisa. Direitos fundamentais (constitucionais) não são cópias de direitos morais, tão pouco autonomia

política é a mesma coisa que autonomia moral, são equiparadas, mas diferenciam-se. Torna-se, então, necessário que se enquadre juridicamente a noção de direitos humanos, o que é possível, segundo Habermas, através da concepção kantiana de direito cosmopolita, por isso ela se faz tão atual. Para Derrida, no entanto, a visão Kantiana carece de atualização e ajustamento. Segundo este autor, não somos ainda suficientemente cosmopolitas no sentido propugnado por Kant. A questão da hospitalidade em Derrida é uma utopia ainda. Mas tem um caráter humanitário, planetário. Se pensarmos kantianamente na humanidade como um projeto que está se realizando através dos séculos, uma ética da hospitalidade parece fazer todo o sentido. Mais ainda, parece ser um caminho para a preservação da nossa espécie e do planeta.

Palavras-chave:

Cosmopolitismo, direitos humanos, hospitalidade.

Referências bibliográficas:

BAPTISTA, I. “Para uma geografia de proximidade humana”. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, ano 2, n 2, p. 11-22, 2 sem. 2005.

BERNARDO, F. “A ética da hospitalidade ou o porvir do cosmopolitismo por vir”. *Revista Filosófica de Coimbra*, Coimbra, n 22, p 421-446, 2002.

DERRIDA, J. Anne Dufomantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade. SP: Escuta, 2003.

HABERMAS, J. *Comentários à ética do discurso*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

_____. “Bestialität und Humanität. Ein Krieg zwischen Recht und Moral”, in: *Die Zeit*, n. 18, 29 maio 1999.

_____. *Direito e democracia: entre a facticidade e validade*, volumes I e II 2.ed./ Jürgen Habermas; tradução de Flavio Beno Siebenichler.- Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. *A inclusão do outro: estudos de teoria política* 2.ed / Jürgen Habermas; tradução de George Sperber, Paulo Astor Soethe e Milton

Camargo Mota. – São Paulo: Loyola, 2004.

_____. Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos / Jürgen Habermas; tradução de Flavio Beno Siebeneichler.- Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

KANT, I. “Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita”, in: À paz perpétua e outros opúsculos, Lisboa, Edições 70.

_____. “À paz perpétua: um projeto filosófico”, in: À paz perpétua e outros opúsculos, Lisboa, Edições 70.

NOUR, S. À paz perpétua de Kant: filosofia do direito internacional e das relações internacionais. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

A CRÍTICA HEGELIANA DAS ANTINOMIAS KANTIANAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CIÊNCIA DA LÓGICA

Marcos Fabio A. Nicolau (UVA/doutorando UFC)

Nosso trabalho visa analisar as críticas que Hegel emite sobre as antinomias kantianas em sua Ciência da Lógica. Para Hegel a metafísica que apresenta a verdadeira natureza das coisas é a metafísica da contradição; identificando sua Lógica com tal metafísica, objetivou apresentar nessa obra as próprias determinações imanentes ao pensamento, sendo por isso denominada uma lógica da contradição. Por isso, imporá correções às antinomias kantianas, embora louve a iniciativa do filósofo de Königsberg em voltar sua atenção à dialética. Enquanto o primeiro grande desenvolvimento da lógica hegeliana se dá na identidade da metafísica com a lógica, o segundo desenvolvimento diz respeito ao próprio elemento da contradição. Sabe-se que Hegel introduz suas discussões sobre a contradição por meio de uma consideração das antinomias kantianas. Para cada uma das quatro antinomias kantianas, duas proposições opostas são afirmadas com relação ao mesmo objeto, e é mostrado que cada uma das proposições opostas deve ser afirmada com igual necessidade. Dessa forma, cada antino-

mia põe uma contradição, motivo pelo qual Hegel acentua a importância da exposição kantiana das antinomias. Mas, de acordo com Hegel, Kant falha em dois aspectos principais: o primeiro está em trazer à tona somente quatro antinomias, que são derivadas fundamentalmente da tábua das categorias. Hegel insiste, por outro lado, que as antinomias são encontradas em todos os tipos de objetos, e toda e qualquer representação, conceito e idéia. Pois não há absolutamente nada em lugar nenhum em que a contradição, isto é, determinação oposta, não possa e não deva ser exposta. O que pode ser compreendido na consideração de outro aspecto em que, para Hegel, Kant falha, denominando-o como a “ternura pelas coisas do mundo”. A questão, para ele, é que Kant toma as contradições como pertencentes, não à essência das coisas do mundo, mas somente à razão pensante: “Há uma excessiva ternura para com o mundo neste ato de remover a contradição dele, e transferi-la, por sua vez, ao espírito, à razão e deixá-la subsistir ali sem solução”. A contradição deve ser libertada não somente para além dessas quatro instâncias apresentadas nas antinomias kantianas, mas também para além do mero pensamento, ou seja, para além da nossa razão; o que Hegel pretende é que seja reconhecida a instância da contradição na própria essência do mundo mesmo, pois Kant parece “não se dar conta de que a contradição é justamente a elevação da razão sobre as limitações do intelecto e a solução das mesmas”. Tal parecer não deve ser aceito sem maiores mediações, por isso nos propomos a analisar tal crítica a partir da perspectiva kantiana das antinomias. Buscaremos elucidar como Kant responderia a tais críticas e que valor atribuiria ao intento hegeliano. Para tal, investigar a origem das antinomias nos Escritos pré-críticos da década de 1770 e o papel que elas desempenham na estrutura da Crítica da Razão Pura.

Palavras-chave:

Ciência da Lógica, dialética, Crítica da Razão Pura, antinomia.

Referências bibliográficas:

- ALEXANDER, J. D. “Kant, Hegel and the Problem of Grounds”. In: Kant-Studien, n. 70, v.4, 1979, p. 451-470.
- AMERIKS, K. “Hegel’s Critique of Kant’s Theoretical Philosophy”. In: Philosophy and Phenomenological Research, Vol. 46, n. 1, Sep., 1985, p. 1-35.
- DELIGIORGI, K. “Kant, Hegel, and the Bounds of Thought”. In: The Bulletin of the Hegel Society of Great Britain, n. 45/46, 2002, p. 56-71.
- GUYER, P. “Thought and Being: Hegel’s critique of Kant’s theoretical philosophy”. In: BEISER, F. (Ed.) Cambridge Companion to Hegel. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HEGEL, G. W. F. “Wissenschaft der Logik”. In: _____. Werke. Herausgeber Hegel-Institut Berlin. Berlin: Talpa-Verlag, 1998 (CD-ROM).
_____. Ciencia de la Logica. 2 vol. 6ª ed. Tradução de Augusta e Rodolfo Modolfo. Buenos Aires: Librarie Hachette, 1993.
- KANT, I. Kritik der reinen Vernunft. Hamburg: Felix Meiner, 1990.
_____. Crítica da Razão Pura. 5ª ed. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: FCG, 2001.
- LIMNATIS, N. G. German Idealism and the problem of knowledge: Kant, Fichte, Schelling and Hegel. New York: Springer, 2008.

O CONCEITO KANTIANO DE IDÉIA VISTO COMO A REPRESENTAÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES

Patricia Kemerich (mestranda UFSM)

Kant demonstra na “Dialética Transcendental” da CRP grande insatisfação com o tratamento terminológico dado as “idéias” tidas como quaisquer representações. Por isso ele empreende uma investigação sobre esse termo, no intuito de indicar a ele um uso claro e adequado. Assim, tal empreendimento consiste em contrapor a razão ao entendimento, portanto, discernir as funções dessas faculdades, avaliar sobre a legitimidade das pretensões que elas possam ter, o que se insere no plano maior da crítica da razão, a saber, da investigação sobre a legitimidade

das nossas pretensões de conhecimento. Nesse sentido, ao tratar das idéias em geral, Kant propõe uma escala de representações, onde uma idéia é uma “representação com consciência”, portanto, uma “percepção”. Uma idéia não se refere só a um sujeito particular, por isso não é sensação. Logo, deve ser uma percepção objetiva de “algo”, sendo assim um conhecimento. Como “o conhecimento é intuição ou conceito”, enfatiza Kant que a idéia é um conceito extraído de uma “noção” (ou conceito puro do entendimento (CRP B377)). Vemos aqui que Kant faz distinção de três níveis de representação: o primeiro diz respeito à “intuição”, caracterizada segundo a “Estética Transcendental” como o único meio pelo qual nos relacionamos imediatamente com “objetos” (Gegenstände), mas ela não deixa de ser representação, visto que Kant lhe concede um caráter formal a priori, o qual nos permite situar as “coisas” no espaço e no tempo. O segundo nível diz respeito à elaboração dos dados múltiplos, indeterminados da intuição, mediante o entendimento, o qual os subsume através das categorias, entendidas como conceitos puros dessa faculdade. Desse modo, o entendimento nos permite um conhecimento mediato de objetos, ou seja, a representação de uma representação deste “objeto”, quer este seja uma intuição ou outro conceito. O terceiro nível de representação se origina na razão, que, segundo Kant, é a faculdade “acima da qual nada se encontra em nós mais elevado que elabore a matéria da intuição e a traga a mais alta unidade do pensamento” (B355). Para Kant, a razão tem a função de “inferir” (por silogismos) e consiste na busca pela universalidade (completa extensão das condições). A universalidade como síntese de todas as condições corresponde à totalidade das condições, de modo que um conceito transcendental da razão é apenas o conceito da totalidade das condições relativamente a um condicionado dado, portanto, o conceito do incondicionado (B379). Nesse sentido, a idéia, dentre as representações advindas de nossas faculdades cognitivas, é a única que jamais é “tocada” pela sensibilidade. Por isso podemos dizer que a idéia é a mais elevada dentre as representações. Assim, fica claro porque não podemos encontrar, nos fenômenos ob-

jetos correspondentes às idéias, o que para Kant não é uma falha das idéias, embora assim pareça à razão especulativa. Pois para Kant, se as idéias não podem determinar um objeto, podem, todavia, de maneira discreta, servir de “cânone” ao entendimento e levá-lo mais longe no conhecimento. Além disso, as idéias da razão, segundo Kant, não são “fantasias”, mas representações necessárias surgidas no curso do conhecimento e se legitimam pela natureza da razão.

Palavras-chave:

Razão, idéia, representação.

Referências bibliográficas:

Kant, I. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, 5ª edição.

A ESSÊNCIA DA EXPERIÊNCIA NA CRÍTICA DA RAZÃO PURA

Pedro Henrique Vieira (mestrando UNIOESTE)

Neste trabalho, propomo-nos a investigar a determinação da essência da experiência, isto é, de suas condições de possibilidade, levada a cabo na *Crítica da Razão Pura*, de Kant. Experiência, ou conhecimento, é o resultado da síntese da faculdade intelectual do homem sobre as intuições recebidas sob as formas puras do espaço e do tempo. Somente porque o pensamento ordena, segundo leis sintéticas a priori, o diverso das intuições, é que as representações podem ser minhas. Para que eu as pense, é preciso que eu tenha consciência de que as penso, de que sou eu que as penso. Para ser minha representação, tem de ser por mim ligada, numa atividade em que sou autoconsciente. Só tenho consciência de mim enquanto legislo a afecção que me causa a existência exterior. A representação da unidade da consciência não pode, portanto, ser empírica. Antes, é a forma universal das percepções e da experiência. Logo, deve haver a priori em nosso entendimento

conceitos que precedam e possibilitem a experiência. Esses conceitos são as categorias, modos particulares da operação pela qual o entendimento primeiramente o diverso da intuição à unidade do pensamento em geral. Porquanto recebemos todo o diverso da intuição sob as formas puras do espaço e do tempo, toda intuição só é possível na medida em que é submetida à unidade da consciência mediante as condições categoriais de sua síntese. A imaginação transcendental aplica ao espaço e ao tempo leis a priori que possibilitam percepções. Essas leis são os princípios matemáticos do entendimento puro, que determinam todos os fenômenos como grandezas tanto extensivas, isto é, espaciais, quanto intensivas, isto é, como sensações em determinados graus de intensidade. Refletimos sobre as percepções e posteriormente as aplicamos em juízos, associando-as segundo o modo como nos aparecem no tempo, isto é, segundo relações de sucessividade e simultaneidade meramente subjetivas. Mas é justamente nesses juízos de percepção que repousa a possibilidade dos juízos de experiência, da submissão das percepções dadas a princípios dinâmicos que possibilitam sua validade universal. Portanto, experiência é essencialmente a síntese do diverso das percepções sob a forma de objetos intersubjetivamente partilháveis, a determinação espaço-temporal de objetos em suas relações – tanto entre si, independentemente do sujeito, quanto ao entendimento. É a submissão das percepções, previamente sintetizadas matematicamente pela imaginação, à unidade transcendental da percepção segundo as categorias dinâmicas que determina a forma objetiva e, com ela, a possibilidade, de conhecimentos verdadeiros. Mais: é essa síntese que possibilita a própria natureza, entendida como totalidade da experiência.

Palavras-chave:

Experiência, intuição, conceito, síntese.

Referências bibliográficas:

CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Tradução de Álvaro Cabral. Revisão técnica de Valério Rohden. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. (Dicionários de filósofos)

KANT, I. Immanuel Kant : Kritik der reinen Vernunft. Ed. W. Weischedel. Frankfurt : Suhrkamp, 1974. (Werkausgabe Band III-IV)

_____. Crítica da razão pura. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5a edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. Prolegómenos a toda a metafísica futura. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, s/d. (Impresso em Setembro de 1988)

VILLACAÑAS BERLANGA, J. L. “Schopenhauer y la primera edición de la Crítica de la Razón Pura: los fundamentos del nihilismo europeo”. Δαίμων, Revista de Filosofía, 1992. pp. 73-90.

INTUIÇÕES SENSÍVEIS EM KANT E NA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA DA MENTE

Roberto Horácio de Sá Pereira (UFRJ)

My aim is to review critically several interpretations of Kantian sensible intuition. The first interpretation is the recent construal of Kantian sensible intuition as a mental analogue of a direct referential term. The second is the old, widespread assumption that Kantian intuitions do not refer to mind-independent entities as bodies and their physical properties unless they are brought under the categories. The third is the assumption that, by referring to mind-independent entities, sensible intuitions represent objectively in the further sense of representing in a relative, perspective-independent way. The fourth is the construal of Kantian sensible intuition as a non-conceptual content. I'll support the alternative view that sensible intuition is to be seen as what MacDowell (after Evans) has called a *de re* sense, whose main characteristic is its object-dependence. In this sense, Kantian sensible intuitions are rather the *mode of donation* of the objects and their attributes, a mode that refers to them only to the extent that they appear to us in a relative, perspective-dependent way.

Palavras-chave:

Representação/conteúdo representacional, conteúdos não-conceituais, referência e sentido *de re*.

Referências bibliográficas:

ALLISON, H. (2004). *Kant's Transcendental Idealism. An Interpretation and Defense*. New Haven: Yale University Press; second edition.

GUNTHER, Y. (Ed.). (2003a). *Essays on nonconceptual content*. Cambridge: MIT Press.

_____. (2003b). Introduction. In Y. Gunther (Ed.), *Essays on non-conceptual content* (pp. 1–19). Cambridge: MIT Press.

HANNA, R. (2000). The inner and the outer: Kant's 'refutation' reconstructed. *Ratio*, 13, 146–174.

_____. (2008). Kantian nonconceptualism. *Philosophical Studies*. Volume 137, number 1: 41-64.

HENRICH, D. (1994). *The Unity of Reason*. Cambridge, Mass., and London.

McDOWELL, J. (1982). Criteria, Defeasibility, and Knowledge. *Proceedings of the British Academy* 68, pp. 455-79.

_____. (1984). *De Re Sense*. *The Philosophical Quarterly* 34, pp. 283-94.

PEACOCKE, C. (1981). Demonstrative Thought and Psychological Explanation. *Synthese* 49, pp. 187-217.

_____. (1992). *A Study of Concepts*. Cambridge, MA: MIT Press.

_____. (1994). Nonconceptual Content: Kinds, Rationales and Relations. *Mind and Language* 9, pp. 419-30.

RECANATI, F. (1993). *Direct Reference: From Language to Thought*. London: Blackwell.

STRAWSON, P. F. (1966). *The Bounds of Sense*. London: Methuen.

TYE, M. (2009). *Consciousness revisited*. Cambridge, Mass: MIT Press.

A PROVA SUBJETIVA E INDIRETA DO ÉTER NO *OPUS POSTUMUM*
Rodrigo Augusto Rosa (CAPES/doutorando IFCH-UNICAMP)

O objetivo deste trabalho é discutir o método kantiano para provar o éter no *Opus Postumum*. Kant pretende, com a elaboração da prova do éter, estabelecer um princípio a priori que fundamente a formação dos corpos físicos, questão que a teoria da matéria exposta em *Os Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza de 1786 (MAN)* deixa em aberto. Acreditamos que Kant assume o projeto de estabelecer princípios a priori para as formas específicas da matéria devido ao seu interesse no desenvolvimento das ciências experimentais do seu tempo. Assumimos a tese de Michael Friedman de que o projeto de transição da metafísica da natureza para física tem como um dos principais objetivos tratar dos problemas da ciência experimental do final do século XVIII. A prova do éter é uma tentativa de Kant para estabelecer um princípio a priori que fundamente os avanços experimentais da sua época e que sirva de guia para as práticas científicas, principalmente da química de Lavoisier. No entanto, vamos defender que, diferentemente dos princípios expostos no *MAN* (os quais são constitutivos em relação à mecânica), o princípio do calórico exposto no *Opus Postumum* é apenas um princípio regulativo, fundamentado numa prova subjetiva e indireta. A prova do éter é basicamente a seguinte: como o espaço vazio não é objeto de uma experiência possível, segue-se do princípio de não contradição que o espaço empírico deve ser pensado como completamente preenchido com uma matéria continua. Tal prova é apagógica (OP 21:603), pois Kant mostra que negar o éter tem como consequência ter que admitir o vazio, o que contradiz a possibilidade da experiência. De acordo com a Doutrina Transcendental do Método na *KrV*, o método apagógico é um método indireto de prova e não pode ser utilizado na filosofia para provar objetivamente proposições sintéticas a priori (*KrV*, A 792/B 820). Em conformidade com a metodologia da primeira crítica, no *Opus Postu-*

um, Kant assume que a prova do éter é subjetiva (OP, 21:226), de modo que o éter é apenas um ser presente meramente no pensamento (OP, 21:219). No entanto, Kant deixa claro que o éter, como idéia regulativa, não se trata de uma hipótese, pelo contrário, o princípio do calórico é postulado pela razão a fim de estabelecer a transição dos princípios metafísicos ciência da natureza para a física, isto é, o éter é uma exigência da razão que fundamenta e guia a pesquisa empírica acerca das especificidades da matéria. Do nosso ponto de vista, entendemos que a prova indireta do éter revela que a concepção kantiana acerca da fundamentação a priori do empreendimento científico torna-se mais “fraca” em comparação com o *MAN*, onde existe a exigência de princípios objetivos a priori apoditicamente certos na fundamentação da ciência genuína (*MAN A 7-8*).

Palavras-chave:

Prova do éter, método apagógico, máximas regulativas.

Referências bibliográficas:

Obras de Kant:

KANT, I. (*KrV*): *Crítica da Razão Pura*. 6.ed. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

_____. (*MAN*). *Princípios metafísicos da ciência da natureza*. 5.ed. Trad. Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Edições 70, 1990.

_____. *Opus Postumum*. Trad. Eckart Förster e Michael Rosen. New York: Cambridge University Press, 1999.

Obras sobre Kant:

FÖSTER, E. *Kant's final synthesis: an Essay on the Opus Postumum*. London: Harvard University Press, 2000.

FRIEDMAN, M. *Kant and Exact Science*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

_____. Dynamics of Reason. Stanford: CSLI Publications, 2001.
GUYER, P. Kant's System of nature and Freedom. CLARENDON PRESS- OXFORD, New York, 2005.
HOLDEN, T. The Architecture of Matter: Galileo to Kant. New York, Oxford University Press, 2008.
TUSCHLING, B. "Apperception and Ether: On the Idea of a Transcendental Deduction of Matter in Kant's Opus Postumum". In FÖSTER, Ecart. Kant's Transcendental Deductions. California, Stanford University Press, 1989.

A IDEIA DE DEUS COMO ILUSÃO NA CRÍTICA DA RAZÃO PURA *Rose Silvania Figueiredo do Vale (FAPEMIG/mestranda PUC-MG)*

“Entendo por ideia um conceito necessário da razão ao qual não pode ser dado nos sentidos um objeto que lhe corresponda.” (KANT, A 327).

Nesta assertiva, Kant nos transmite que as ideias são conceitos que ultrapassam totalmente a experiência. Na verdade, com essa afirmação ele prenuncia que a razão humana tem por natureza uma tendência de ultrapassar os seus limites e inevitavelmente conceber conceitos que transcendem toda realidade em direção a um mundo supra-sensível (KANT, B 434). Nesse contexto, relacionando com sua teoria do conhecimento, podemos ressaltar uma incongruência da faculdade racional, visto que, segundo ele, o conhecimento é resultado da união das impressões sensíveis e da faculdade cognoscitiva a partir da experiência (KANT, B 1). Justamente em função desse problema se desenvolve a ‘dialética transcendental’ na *crítica da razão pura*, pois a razão se vê atormentada por questões que não consegue dar respostas. Tão pretensioso é esse empreendimento racional que Kant inicia sua crítica, logo nas primeiras linhas do prefácio de sua primeira edição, ressaltando que:

A razão humana, num determinado domínio dos seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões, que não pode evitar, pois lhe são impostas pela sua natureza, mas às quais também não pode dar resposta por ultrapassarem completamente as suas possibilidades. (KANT, A VII)

Esse relato inicial em sua primeira Crítica denuncia a preocupação com o destino da razão devido a essas questões que lhe atormentam, pois “corre o risco de se entregar a um desespero céptico ou de firmar-se numa obstinação dogmática, persistindo teimosamente em determinadas afirmações” (KANT, B 434). A julgarmos pela própria Crítica essas afirmações, de certa forma, entram em desacordo com o conhecimento e proporciona divagações metafísicas de forma sistemática em busca de uma unidade suprema, incondicionada e autossuficiente, no qual a existência não precisa ser verificável para garantir sua condição de possibilidade.

Essa unidade suprema e incondicionada se refere justamente a uma idéia suprema, denominada “Deus”, originada de uma ilusão conflitante que ocorre na aplicação da ideia de totalidade absoluta que só vale como uma condição das coisas em si mesmas, a fenômenos que só existem na representação (KANT, B 534). Nesse sentido, o nosso objetivo nesse trabalho será investigar de que forma Kant, no afã de sua tarefa crítica, esclarece esse impasse da razão diante a sua capacidade de conceber conceitos que transcendem ao mundo sensível e não são verificáveis na experiência, no qual, o homem não consegue se esquivar permeando toda a busca e questionamentos essências da existência humana (KANT, B 21-22). Essa análise será a chave para pontuar e compreender as ideias, um dos problemas centrais de sua filosofia, visto a necessidade destas para arquitetônica da razão elaborado, dentro de uma sistematidade, por Kant. Nesse estudo investigaremos, inicialmente, a natureza da razão e as questões metafísicas, passando para suas produções, ou

seja, seus conceitos transcendentais (ideias) analisando as causas que a razão se deixa enganar por aparências inevitáveis, para depois, concluirmos na unidade suprema, melhor dizendo a “ideia de Deus”.

Palavras-chave:

Deus, ideia suprema, ilusão, razão, incondicionado.

Referências bibliográficas:

- BENNETT, J. La “Crítica de la razon pura” de Kant: 2. La Dialéctica. Madrid: Alianza Editorial, 1990.
- CAYGILL, H. Dicionário Kant. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- ESSEN, G; STRIET, M. KANT e a Teologia. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2010.
- ESTRADA DIAZ, J. A. DEUS NAS TRADIÇÕES FILOSÓFICAS, VOL II: Da morte de Deus à crise do sujeito. São Paulo: Paulus, 2003.
- FERRY, L. KANT: Uma leitura das três “críticas”. 2ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.
- HERRERO, F. J. Religião e história em Kant. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- HICK, J. Filosofia da Religião. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- HOFFE, O. Immanuel Kant. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GALEFFI, R. A filosofia de Immanuel Kant. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- KANT, I. A Religião nos limites da simples razão. São Paulo: Escala Educacional, 2006.
- KANT, E. Da utilidade de uma nova crítica da razão pura: Resposta a Eberhard. São Paulo: Hemus, 1975.
- KANT, I. Crítica da razão pura. 7ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- KANT, I. In: GILLISPIE, Charles Coulston (org). DICIONÁRIO DE BIOGRAFIAS CIENTÍFICAS. Tradução: PEREIRA, Carlos Almeida (et al.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

KANT, I. O único argumento possível para uma demonstração da existência de Deus. Lisboa: Centro de literatura e cultura portuguesa e brasileira, 2004.

KANT, I. Realidade e Existência: Lições de Metafísica. São Paulo: Paulus, 2002.

LACROIX, J. Kant e o Kantismo. Porto-Portugal: Rés Editora, Tradução Maria Manuela Cardoso, 2003.

LEBRUN, G. Kant e o fim da metafísica. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 782p.

LEITE, F. T. L. 10 Lições sobre Kant. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2007.

LOPARIC, Z. A Semântica Transcendental de Kant. Campinas-SP: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2000.

MOTA, L. R. Debate acerca da religião e da idéia de Deus em Espinosa e Kant. (falta dados da referência)

MOTA, L. R. Deus: um argumento impossível que a razão não consegue se livrar: A teologia-filosófica entre Espinosa e Kant. *Communio: Revista Internacional de Teologia e Cultura*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2-3, p. 419-434, 2004.

MOTA, L. R. Teologia e Ciência: Histórico de uma separação. Disponível em: [http: <www.pucminas.br/documentos/normalizacao_monografias.pdf>](http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao_monografias.pdf) Acesso em: 20 de maio de 2011.

ORTS, A. C. Dios en la filosofia transcendental de Kant. Salamanca: Imprenta Kadmos, 1981.

OLIVEIRA, A. L. Ensaio crítico sobre a primeira e a segunda antinomias de Kant. *Síntese – Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 91, p. 169, Maio-Agosto 2001.

PASCAL, G. O pensamento de Kant. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

PERINE, M. Deus no discurso filosófico. *Síntese – Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 20, n. 83, p. 477, Outubro-Dezembro 1993.

THOUARD, D. Kant. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

VAZ, H. C. de L. Metafísica: História e problema. *Síntese – Revista de*

Filosofia, Belo Horizonte, v. 21, n. 66, p. 395, Julho-Setembro 1994.
ZINGANO, M. A. Razão e História em Kant. São Paulo:Editora Brasiliense, 1989. 326p.

HISTÓRIA NATURAL EM KANT E BUFFON *Sérgio Izidoro de Souza (mestrando USP)*

Nosso objetivo é apresentar uma parte da influência da monumental *Histoire Naturelle* de Buffon sobre a idéia de história da natureza kantiana. Toma-se como mote um trecho de caderno de aluno de Kant citado por Erich Adickes em seu *Kant als Naturforscher*: “A única obra que genuinamente se trata de história da natureza é *Épocas da natureza* de Buffon.” O início da historicização da natureza foi um feito atribuído a esse grande naturalista francês, quem procurou desenvolver uma ciência mais rigorosa para superar os dogmas da tradição, as “cronologias bíblicas”, que atribuíam uma idade de cerca de seis mil anos à Terra, e que começaram a entrar em declínio no século XVIII. Buffon, utilizando métodos experimentais concebeu uma idade de cerca de oitenta mil anos à Terra, talvez só superável pela estimativa de dois milhões de anos de Benoit de Maillet em seu *Tellimed*. Mas além de tudo disso, Buffon conectou a história da terra à história da vida, projetando uma idéia de ciência global e muito geral, que conectava a origem da terra e da vida ao estado atual das espécies. Kant foi um leitor atento a essas inovações, refletiu sobre o *Épocas da Natureza* e a questão da narrativa da natureza, e também sobre o problema da origem. Em tudo isso o que sobressai é o exame crítico da história da natureza, e assim a determinação dos limites de uma parte das ciências empíricas e a posteriori, e daí indiretamente da ciência pura da natureza.

Palavras-chave:

Kant, ciência, natureza, organismo, evolucionismo, história.

Referências bibliográficas:

KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. trad. Valerio Rohden e Anto-

nio Marques, Ed. Forense, 2a edição, SP, 2005

_____. *Crítica da razão pura*. trad. Valerio Rohden e Udo Balduur Moosburger, Nova Cultural, Col. Os Pensadores, 1999, SP

_____. *Physische Geographie*. bey Göbbels und Unzer, 1802.

_____. “Bestimmung des Begriffs einer Menschenrace”. In *Schriften zur Ästhetik und Naturphilosophie*, Band I, Suhrkamp.

_____. “Über den Gebrauch teleologischer Prinzipien in der Philosophie”. In *Schriften zur Ästhetik und Naturphilosophie*, Band I, Suhrkamp.

_____. “Von den verschiedenen Rassen der Menschen”. *Kleine Schriften zur Geschichtsphilosophie, Ethik und Politik in Sämtliche Werke*, Band VI, Leipzig.

_____. *Opuscules sur l’histoire*, trad. Stéphane Piabetta, Paris, 1990.

_____. *Princípios Metafísicos da Ciência da Natureza*, trad. Artur Morão, Edições 70, Lisboa, 1990.

_____. *Manual dos Cursos de Logica Geral*. trad. Fausto Castilho, Ed. UNICAMP.

BUFFON, G. L. L. *Histoire Naturelle*. In: www.buffon.cnrs.fr.

CANGUILHEM, G. *Etudes D’Histoire Et De Philosophie Des Sciences*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1989.

_____. *La Connaissance de la vie*, Paris, J. Vrin, 1989.

ADICKES, E. *Kant als Naturforscher*. Band II. De Gruyter, Berlin, 1925.

ROGER, J. *Buffon: um philosophe au Jardin du Roi*. Fayard, Paris, 1989.

LEBRUN, G. *Kant e o fim da metafísica* trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura, 1a edição, Martins Fontes Editora, São Paulo, 1993.

_____. *Kant sans kantisme*. Texte établi par Jean-Baptiste Fournier, Fayard.

MARQUES, A. *Organismo e Sistema em Kant*, Editorial Presença, Lisboa, 1987.

HUNEMAN, P. *Métaphysique et Biologie: Kant et la constitution du concept d’organisme*. KIMÉ, Paris, 2008.

DUCHESNEAU, F. *La physiologie dès Lumières: empirisme, modèles et théories*. Martinus Nijhoff Publishers, Hague, 1982.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas : uma arqueologia das ciências humanas*, trad. Salma Tannus Muchail, São Paulo, Martins Fontes, 2002.

FRIEDMAN, M. "The Metaphysical Foundations of Newtonian Science" in *Kant's philosophy of physical science: Metaphysische Anfangsgründe der Naturwissenschaft 1786-1986*, edited by Robert E. Butts, D. Reidel Publishing Company Boston.

AS IMAGENS DE KANT: ACERCA DOS PROCEDIMENTOS DE SENSIFICAÇÃO

Suze Piza (Universidade Metodista de São Paulo/doutoranda IFCH-UNICAMP)

Em Kant, não basta o princípio de não-contradição para que um juízo sobre algo seja válido. Um dado só pode ser conhecido se apresentado, exibido; e só são apresentados graças a certas operações de nosso aparelho cognitivo. A tarefa crítica consiste em não se contentar com o princípio de não-contradição (apesar de este ser necessário) para estabelecer se um dado juízo sobre um objeto tem ou não validade para o conhecimento, ou vigência para a ação, e sim exigir a correspondência sensível para cada conceito ou idéia usados. Nisto reside a diferença básica entre a lógica formal e a transcendental, visto que a lógica geral abstrai de todo objeto do conhecimento para estabelecer suas regras gerais de pensamento; a lógica transcendental, por sua vez, tem, porém, a particularidade de, além da regra (ou melhor, da condição geral das regras) que é dada no conceito puro do entendimento, poder indicar, simultaneamente, a priori o caso em que a regra deve ser aplicada" (CRP, A 135/B 174). Desta maneira, para que um conceito tenha significação, para que as proposições tenham sentido, devem ter uma aplicação à sensibilidade. É necessário que se mostre quais as condições de possibilidade para sua construção/aplicação, caso contrário seriam apenas formas lógicas (CRP A136/B175). Partindo da

interpretação de Z. Loparic em a filosofia kantiana é uma semântica, indicaremos que as formas sensíveis necessárias ao conhecimento são como que 'imagens', sem as quais não haveria significação ou sensificação alguma dos conceitos e das idéias. Defendemos que na filosofia kantiana há diversas maneiras de se dar 'imagem' a formas lógicas. Consideramos que estes procedimentos que possibilitam essa doação de sentido, ou aplicação à sensibilidade são os instrumentos críticos por excelência, pois são eles que garantem a ação da razão crítica. Nesse texto, procurando indicar elementos para compreensão da sensificação, procederemos à descrição dos procedimentos responsáveis pela doação de 'imagens' na filosofia kantiana em vários âmbitos: para conceitos empíricos dá-se exemplos, para conceitos do entendimento dá-se esquemas, para idéias da razão pura e para as idéias da razão pura prática, dá-se símbolos. O termo 'imagens', que usamos ao longo desta exposição, foi construído a partir de um invariável existente nos procedimentos de sensificação.

Palavras-chave:

Filosofia kantiana, semântica transcendental, procedimentos de sensificação/significação, esquematismo, simbolização, metáfora.

Referências bibliográficas:

- ALLISON, H. Transcendental schematism and the problem of the synthetic a priori. *Dialetica*, n.35, p 57-83, 1981
- BECKENKAMP, J. Simbolização na filosofia crítica kantiana. *Kant e-Prints* eletronic version, Campinas, v.1, n.1, maio, 2002.
- _____, Sobre conceitos práticos em Kant, in: *Dissertatio*, nº10, 1999, pp. 127-141.
- _____, Crítica e conceito, in: *Modernos e Contemporâneos*, Nº1, 2000, pp.7-60.
- KANT, I. *Crítica da razão prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Crítica da razão pura*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.

_____. Crítica da faculdade do juízo, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1992.

LEBRUN, G. Kant e o fim da metafísica. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LOPARIC, Z. A Semântica transcendental de Kant, Campinas: UNICAMP/CLE, 2000.

PEREZ, D. O. Significação dos conceitos e solubilidade de problemas, Campinas, Depto de Filosofia. UNICAMP, 1996. Dissertação de Mestrado.

_____. (org) Dos problemas da metafísica à metafísica como problema: uma aproximação ao problema dos significados dos conceitos em Kant in Ensaios de Filosofia Moderna e Contemporânea, Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

RICOEUR, P. Le conflit des Interprétations, Essais d'Herméneutique, Paris, ed. Du Seuil, 1969.

SANTOS, L. As metáforas da razão ou economia poética do pensar kantiano, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994.

VAIHINGER H. The Philosophy of as if - A system of the theoretical, practical, and religious fictions of mankind, Londres: Routledge and Keagan, 2002.

KANT E A VIDA COMO CONCEITO IRREDUTÍVEL

Victor Ximenes Marques (doutorando PUC-RS)

Desde que um dos mais respeitados nomes da biologia teórica contemporânea, Francisco Varela, reivindicou a “herança kantiana” para o projeto reformulação da filosofia da biologia, ideias apresentadas por Kant a respeito da vida, em especial na terceira crítica, figuram com destaque cada vez maior nas discussões acerca do conceito de “organismo”. O objetivo declarado de Varela ao aproximar-se de Kant era contribuir para a “redescoberta do pensamento teleológico”.

A retomada de interesse da filosofia contemporânea, em diálogo com as ciências naturais, pelas considerações sobre teleologia na Crítica do Juízo se dá tanto entre os que prosseguem o projeto de Varela de

uma biofenomenologia, como Evan Thompson, como entre estudiosos da obra kantiana. O centro do interesse está nas passagens que trazem o termo “auto-organização”, de cujo uso Kant é pioneiro.

O problema fundamental de Kant era compatibilizar apreciação teleológica da natureza, que se oferece à experiência no caso dos seres vivos, com o procedimento da ciência de buscar, para qualquer fenômeno, causas eficientes. A tensão, expressa na antinomia do juízo teleológico, encontra-se na necessidade de utilizar causa final na explicação dos seres vivos, ao passo que a máxima que orienta a busca de conhecimento científico da natureza afirma que todas as coisas materiais devem ser ajuizadas em termos apenas de “leis meramente mecânicas”.

O modelo de explicação natural para Kant era a física newtoniana, na qual efetivamente não resta espaço algum para a teleologia. A universalização da explicação mecânica, sua aplicação generalizada à toda a natureza, incluindo os seres vivos, parecia, contudo, problemática para Kant. Como Kant acreditava que jamais seria possível à consciência humana explicar a vida inteiramente pelo mecanismo natural, invocava como complemento explanatório o conceito de “propósito natural”. Mecanismo e teleologia expressam dois modos de pensar incomensuráveis. Ambos, no entanto, são necessários, de modo que não é possível nem abrir mão de um deles nem reduzir um ao outro. Sobre qual é de fato a ontologia da vida, Kant se mantém agnóstico, pois avalia que a questão está para além de nossas capacidades cognitivas. Para Kant, portanto, esse conceito de “propósito natural” é apenas regulativo, e não constitutivo: serve para guiar e regular a investigação científica. Esse conceito, irredutível a termos puramente naturalistas, portanto fora do domínio da física, é baseado em analogia com nossa experiência subjetiva de propósito, e, sob tal semelhança remota, útil para orientar a pesquisa a respeito dos objetos naturais organizados, o domínio da biologia.

Nesse trabalho argumentamos que a dificuldade que Kant encontra em naturalizar a vida reside na estreiteza do paradigma físico

vigente em sua época, que encarava a matéria como essencialmente inerte. Por outro lado, defenderemos a necessidade de uma forma lógica distinta própria dos juízos teleológicos, aplicável no trato com seres vivos, e a irredutibilidade do fenômeno orgânico a explicações mecanísticas. Com isso o conceito kantiano de auto-organização adquire verdadeira força ontológica, mas ao custo de tornar-se mais “dogmático” – a vantagem teórica está, porém, em abrir espaço para ver, contra Kant, a subjetividade em continuidade com a natureza.

Palavras-chave:

Vida, auto-organização, mecanismo, teleologia, natureza.

Referências bibliográficas:

GUYER, P. Kant's system of nature and freedom: Selected Essays. Oxford: Oxford University Press.

JONAS, H. O princípio vida: fundamentos para uma biologia filosófica. Petrópolis: Vozes, 2004.

KANT, I. Critique of the power of judgment. Cambridge University Press, 2000.

ROSEN, R. Essays on life itself. New York: Columbia University Press, 2000.

THOMPSON, E. Mind in Life: Biology, Phenomenology, and the Sciences of the Mind. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2007.

THOMPSON, M. Life and action: elementary structures of practice and practical thought. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

VARELA, F. J. Principles of biological autonomy. New York: Elsevier North Holland, Inc., 1979.

WEBER, A. & VARELA, F. J. Life after Kant: Natural purposes and the autopoietic foundations of biological individuality. Phenomenology and the Cognitive Sciences 1:97-125, 2002.

ZAMMITO, J. The Genesis of Kant's Critique of judgment. Chicago: University of Chicago Press. 1992.

XIII COLÓQUIO KANT DA UNICAMP

Kant e a Ciência do seu tempo

De 14 a 16 de Dezembro de 2011
Auditório do IFCH-UNICAMP



Programa de
Pós-Graduação
em Filosofia da
Unicamp